

## Sumário

|                                      |    |
|--------------------------------------|----|
| Breve apresentação dos autores ..... | 5  |
| Apresentação .....                   | 15 |

|                                                                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| CONTEÚDO, TITULARIDADE E ALCANCE DA LIBERDADE DE<br>ENSINAR (“LIBERDADE DE CÁTEDRA”) NO ENSINO PÚBLICO<br>SUPERIOR..... | 17 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

André Saddy

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                                                               | 17 |
| 1. Ensino como serviço público não privativo .....                                            | 20 |
| 2. Conteúdo da liberdade de ensinar (“liberdade de cátedra”) .....                            | 21 |
| 2.1 “Liberdade de cátedra” como espécie da liberdade acadêmica .....                          | 24 |
| 2.2 Conteúdo negativo e positivo da “liberdade de cátedra” .....                              | 25 |
| 2.3 Dupla vertente (pessoal e institucional) e dupla dimensão (objetiva e<br>subjativa) ..... | 26 |
| 3. Titularidade e alcance da liberdade de ensinar (“liberdade de cátedra”)....                | 27 |
| 4. As funções próprias da atividade docente .....                                             | 30 |
| 5. Subjetividades ou autonomias públicas dos professores do ensino público                    | 31 |
| Conclusões.....                                                                               | 35 |
| Referências .....                                                                             | 37 |

|                              |    |
|------------------------------|----|
| AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA..... | 39 |
|------------------------------|----|

Mariana Cristina Monteiro Milani Rodrigues

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                                                          | 39 |
| 1. Breve histórico da Constituição de 1988 e da educação no texto<br>constitucional..... | 40 |
| 2. Autonomia universitária .....                                                         | 42 |
| 2.1 A autonomia universitária na Constituição de 1988.....                               | 46 |
| 2.1 Autonomia Didático-Científica .....                                                  | 48 |
| 2.3 Autonomia Administrativa .....                                                       | 53 |
| 2.4 Autonomia Financeira .....                                                           | 56 |
| 3. Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB)                | 59 |
| Conclusões.....                                                                          | 62 |
| Referências .....                                                                        | 63 |

A LIBERDADE DE CONFORMAÇÃO NA FIXAÇÃO DO CONTEÚDO CURRICULAR MÍNIMO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ..... 67

Carlos André Coutinho Teles

Flávio Luiz de Aguiar Lôbo

|                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                                          | 67 |
| 1. A Educação no Ordenamento Jurídico Brasileiro .....                   | 69 |
| 1.1 Considerações iniciais .....                                         | 69 |
| 1.2 Constituição Federal e Políticas Públicas de Educação.....           | 70 |
| 2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96.....           | 76 |
| 3. Do Conteúdo Curricular Mínimo da Educação Básica.....                 | 79 |
| 4. As Subjetividades Públicas.....                                       | 80 |
| 4.1 Tipos de Subjetividades Públicas .....                               | 80 |
| 4.2 Subjetividade Pública Jurisdicional.....                             | 81 |
| 4.3 Subjetividade Pública Legislativa .....                              | 81 |
| 4.4 Subjetividade Pública Executiva .....                                | 82 |
| 5. O Exercício das Subjetividades Públicas.....                          | 83 |
| 5.1 Discrecionalidade (Sentido Técnico-jurídico).....                    | 83 |
| 5.2 Margem de Livre Apreciação dos Conceitos Jurídicos Indeterminados .. | 83 |
| 5.3 Apreciatividade Administrativa.....                                  | 84 |
| 5.4 Liberdade de Conformação .....                                       | 84 |
| Conclusão .....                                                          | 85 |
| Referências .....                                                        | 86 |

AS SUBJETIVIDADES NOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DE ESCOLA (IDEB) ..... 89

Tatiana S. Ribeiro Strauch

|                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                | 89  |
| 1. Evolução do sistema de avaliação das escolas e advento do Ideb.....                         | 92  |
| 2. O Ideb como política de <i>accountability</i> .....                                         | 97  |
| 3. O Pisa como referencial de comparação para o Ideb.....                                      | 99  |
| 4. Críticas ao Ideb como índice objetivo de avaliação .....                                    | 102 |
| 5. Subjetividades que influenciam no desempenho e rendimento das escolas e dos estudantes..... | 107 |
| 5.1. O caso das “escolas efetivas” e o impacto da aplicação centrada de recursos.....          | 111 |

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6. Subjetividades dos agentes públicos na criação de critérios de avaliação de escolas ..... | 115 |
| Conclusões.....                                                                              | 116 |
| Referências .....                                                                            | 118 |

## A DISCRICIONARIEDADE DO CHEFE DO EXECUTIVO NA ESCOLHA DO DIRIGENTE DE UMA UNIDADE EDUCACIONAL .....

Renato Nogueira de Souza Soares

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                            | 121 |
| 1. A autonomia das universidades e o Poder Público.....                                                    | 122 |
| 2. Modernização na liberdade à tomada de decisão subjetiva da administração pública pelo prisma legal..... | 123 |
| 2.1 Menos Autonomia e mais vinculação.....                                                                 | 127 |
| 2.2 Das liberdades institucionais dos Estabelecimentos de Ensino Federais                                  | 129 |
| 3. Autonomia da nomeação privativa do Poder Executivo.....                                                 | 134 |
| 3.1 A rejeição à consulta como possibilidade implícita .....                                               | 138 |
| 3.2 Nomeação <i>Pro Tempore</i> .....                                                                      | 142 |
| Conclusões.....                                                                                            | 143 |
| Referências .....                                                                                          | 144 |

## A DISCRICIONARIEDADE DO REITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.....

Eduardo Langoni de Oliveira Filho

|                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                                                       | 147 |
| 1. As universidades públicas e a autonomia conferida pela Constituição Federal .....                                                  | 149 |
| 2. As funções dos reitores das universidades públicas federais e a responsabilidade pelo planejamento orçamentário.....               | 153 |
| 3. A elaboração do orçamento das universidades públicas federais e a trágica escolha da alocação dos recursos escassos .....          | 155 |
| 4. As subjetividades presentes na atuação do reitor ao decidir sobre a alocação de recursos no orçamento da universidade federal..... | 158 |
| 4.1. A elaboração do orçamento das universidades federais e a discricionariedade.....                                                 | 160 |
| 4.2. A liberdade de configuração e a atuação do reitor .....                                                                          | 162 |

|                                                                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.3. A apreciatividade na conduta do reitor de universidade federal ao elaborar o orçamento público .....                       | 164 |
| 4.4. A margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados e a autonomia para alocação de recursos escassos ..... | 168 |
| 4.5. A ação do reitor universitário como uma atuação vinculada.....                                                             | 171 |
| Conclusões.....                                                                                                                 | 176 |
| Referências .....                                                                                                               | 178 |

NOTAS SOBRE A SUBJETIVIDADE NO DIREITO-DEVER DE  
APTIDÃO FUNCIONAL: A LICENÇA CAPACITAÇÃO COMO  
ATUAÇÃO DISCRICIONÁRIA .....

Diogo Alves Verri Garcia de Souza

|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                  | 181 |
| 1. Nota sobre o Estado constitucional e a sua predisposição às subjetividades .....              | 184 |
| 2. A relação entre as subjetividades e a aptidão funcional .....                                 | 187 |
| 3. Algumas formas normativamente previstas de capacitação do servidor ..                         | 189 |
| 3.1 Licença Sabática.....                                                                        | 190 |
| 3.2 Afastamento para Participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País..... | 192 |
| 3.3 Afastamento para Estudo no exterior .....                                                    | 193 |
| 3.4 Ações de capacitação regularmente promovidas pelo órgão.....                                 | 194 |
| 3.5 Licença capacitação .....                                                                    | 194 |
| 4. A estrutura das subjetividades em licença capacitação .....                                   | 198 |
| 4.1. A via do conceito jurídico indeterminado no princípio da eficiência....                     | 199 |
| 4.2 A etapa da conformação do legislador e do administrador.....                                 | 204 |
| 4.3 Discricionariedade e apreciatividade na licença capacitação .....                            | 208 |
| Conclusões.....                                                                                  | 211 |
| Referências .....                                                                                | 212 |

A SUBJETIVIDADE PÚBLICA DO PROFESSOR NA SELEÇÃO DOS  
INSTRUMENTOS MATERIAIS, NA ESCOLHA DA METODOLOGIA DE  
ENSINO E NA ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS  
EM SALA DE AULA .....

Rodrigo Garrido Dias

|                 |     |
|-----------------|-----|
| Introdução..... | 215 |
|-----------------|-----|

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. A subjetividade pública do professor na seleção dos instrumentos materiais .....                   | 216 |
| 2. A subjetividade pública do professor na escolha da metodologia de ensino .....                     | 221 |
| 3. A subjetividade pública do professor na abordagem dos conteúdos programáticos em sala de aula..... | 228 |
| Considerações finais.....                                                                             | 232 |
| Referências .....                                                                                     | 233 |

|                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A DISCRICIONARIEDADE DO PROFESSOR NA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS E NA DISTRIBUIÇÃO DE NOTAS EM PROVAS E EXAMES ..... | 235 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

Andrea Drumond de Meireles Seyller

Jorgina Bonifácio Peixoto

Leonardo Ferreira Barbosa da Silva

|                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                        | 235 |
| 1. Da discricionariedade do professor e da liberdade de cátedra.....                                   | 240 |
| 2. Do sistema de avaliação dos professores aos alunos e distribuição de notas em provas em exames..... | 244 |
| 3. Estudo da discricionariedade do professor no ensino superior do Estado do Rio de Janeiro .....      | 250 |
| Conclusão .....                                                                                        | 256 |
| Referências .....                                                                                      | 258 |

|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| PUNIÇÕES DISCIPLINARES AOS ALUNOS PELOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E PODER DISCIPLINAR DO PROFESSOR EM SALA DE AULA..... | 261 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

Andrea Drumond de Meireles Seyller

Jorgina Bonifácio Peixoto

Leonardo Ferreira Barbosa da Silva

|                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                         | 261 |
| 1. Da interação entre liberdade de cátedra e a subjetividade ou autonomia pública ..... | 264 |
| 2. Punições disciplinares aos alunos pelos estabelecimentos de ensino .....             | 268 |
| 3. Poder disciplinar do professor em sala de aula.....                                  | 273 |
| 4. Resultado da pesquisa.....                                                           | 278 |

|                                                                                                                                           |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1 Panorama da educação brasileira em 2019 - ensino superior .....                                                                       | 278 |
| 4.2 Da aplicabilidade das punições disciplinares aos alunos pelos<br>estabelecimentos de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro..... | 280 |
| 4.3 Da aplicabilidade do poder disciplinar do professor em sala de aula.....                                                              | 283 |
| Conclusão .....                                                                                                                           | 286 |
| Referências .....                                                                                                                         | 287 |

## DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E INATIVIDADE NOS CASOS DE BULLYING: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI Nº 13.185/2015

..... 291

Marcelo Bertozzi de Pinho

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                      | 291 |
| 1. A educação como serviço público .....                             | 293 |
| 2. O bullying e a Lei n.º 13.185/2015.....                           | 295 |
| 3. A definição legal do bullying .....                               | 301 |
| 4, Os personagens do bullying.....                                   | 303 |
| 5. A discricionariedade administrativa e a Lei n.º 13.185/2015 ..... | 305 |
| Conclusão .....                                                      | 313 |
| Referências .....                                                    | 313 |